

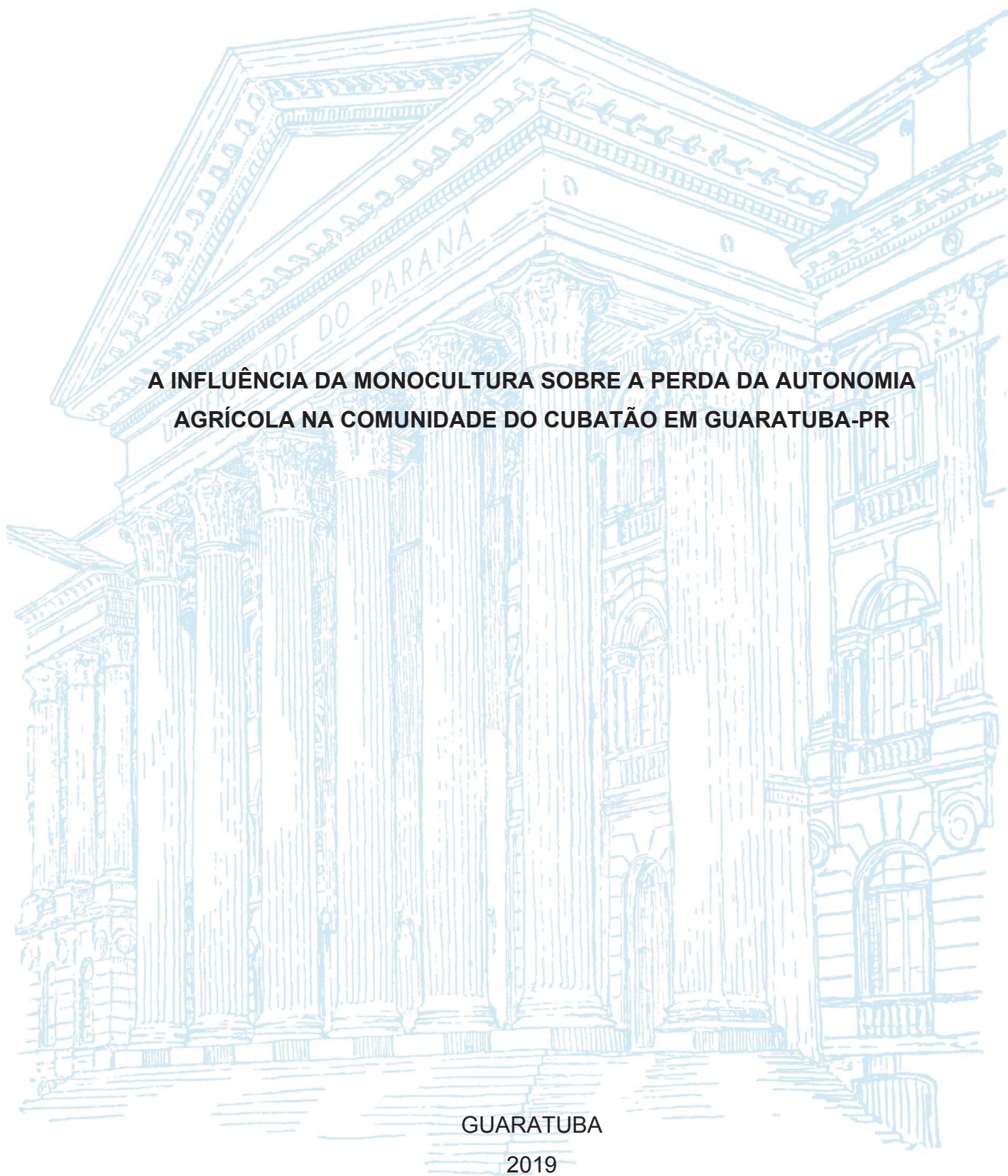
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VALDIR ORTIZ SILVESTRE

**A INFLUÊNCIA DA MONOCULTURA SOBRE A PERDA DA AUTONOMIA
AGRÍCOLA NA COMUNIDADE DO CUBATÃO EM GUARATUBA-PR**

GUARATUBA

2019



VALDIR ORTIZ SILVESTRE

A INFLUÊNCIA DA MONOCULTURA SOBRE A PERDA DA AUTONOMIA
AGRÍCOLA NA COMUNIDADE DO CUBATÃO EM GUARATUBA-PR

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Especialização em Educação do Campo e Realidade Brasileira a Partir de Seus Pensadores, Setor litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora Prof. Msc: Andressa Kerecz Tavares

MATINHOS

2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SETOR LITORAL
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A
 REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS
 PENSADORES - 40001016329E1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de VALDIR ORTIZ SILVESTRE intitulada: **A Influencia da Monocultura sobre a perda da Autonomia Agrícola na Comunidade do Cubatão em Guaratuba - PR**, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de especialista está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Matinhos, 12 de Outubro de 2019.

ANDRESSA KERE CZ TAVARES

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

EVANDRO CARDOSO DO NASCIMENTO

Avaliador Interno

KERVAL DE MORAES FIDELIS

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

A INFLUÊNCIA DA MONOCULTURA SOBRE A PERDA DA AUTONOMIA AGRÍCOLA NA COMUNIDADE DO CUBATÃO EM GUARATUBA-PR

VALDIR ORTIZ SILVESTRE

RESUMO

A idéia desta pesquisa surge com o pressuposto básico de identificar os conflitos e contradições na área rural da região denominada de Cubatão, município de Guaratuba Pr. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo através de inventário da realidade realizado junto à comunidade buscou-se descortinar as maneiras como o capitalismo rural foi se instalando na região. Ao longo da pesquisa foram se revelando fatores escondidos por trás das práticas monocultoras da região. Histórias de uma região que já foi autossustentável na produção alimentar com sistemas de parcerias e mutirões e que já não existem mais, além da perda da soberania das sementes que esses sujeitos tinham e com o tempo foi se perdendo. Ao analisar a realidade da região estudada foi necessário uma visita à história da agricultura no Brasil para compreender como o sistema monocultor muitas vezes de exportação foi instalado no Brasil. Para tal compreensão foi necessário um diálogo com pensadores que se dedicaram ao tema da agricultura, das questões territoriais e das desigualdades no Brasil. Pensadores como Caio Prado Jr, Milton Santos, Gaudêncio Frigotto e outros foram fundamentais na construção dessa pesquisa. Ao término do trabalho é apontada algumas sugestões para que os sujeitos do campo envolvidos nesse processo possam organizar seus movimentos de luta e resistência.

Palavras-chave: Agricultura. Capitalismo. Desigualdade. Agroecologia. Soberania Alimentar.

RESUMEN

La idea de esta investigación surge con el supuesto básico de identificar conflictos y contradicciones en el área rural de la región llamada Cubatão, provincia de Guaratuba. formas en que el capitalismo rural se estaba estableciendo en la región. A lo largo de la investigación, los factores se ocultaron detrás de las prácticas de monocultivo de la región. Historias de una región que alguna vez fue autosuficiente en la producción de alimentos con sistemas de asociación y esfuerzos conjuntos que ya no existen. Al analizar la realidad de la región estudiada, fue necesario visitar la historia de la agricultura en Brasil para comprender cómo el sistema de exportación de monocultivos a menudo se instalaba en Brasil. Este entendimiento requirió un diálogo con pensadores dedicados al tema de la agricultura, los problemas territoriales y las desigualdades en Brasil. Pensadores como Caio Prado Jr, Milton

Santos, Gaudêncio Frigotto y otros fueron fundamentales en la construcción de esta investigación. Al final del trabajo, se sugieren algunas sugerencias para los sujetos rurales involucrados en este proceso de desterritorialización para organizar sus movimientos de lucha y resistencia.

Palabras clave: Agricultura. Capitalismo. Desigualdad. Agroecología. Soberanía alimentaria.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho surge das observações que foram aparecendo no dia a dia de trabalho como professor na Escola do Campo Cubatão, área rural do município de Guaratuba, litoral paranaense. Com o tempo foi se diagnosticando que os moradores da região não produziam mais seus próprios alimentos, fato que chamou atenção por se tratar de comunidades agrícolas. Havia, portanto, alguns questionamentos. Quando deixaram de produzir seus alimentos? Por que deixaram? Como isso foi acontecendo ao longo do tempo?

Através de pesquisas de trabalho de base com conversas e reuniões com a comunidade, além de revisão bibliográfica, foram coletados dados que possibilitaram fazer um inventário da realidade da região pesquisada.

O presente trabalho busca, portanto, problematizar a questão. Tentar compreender a atual situação social, política, econômica, etc. e estabelecer relação entre a monocultura e a perda da autonomia dos trabalhadores da região. Também tem o propósito de refletir sobre a importância da soberania das sementes para os povos do campo e como essa perda do controle da produção de alimentos foi transformando tais trabalhadores rurais em mão de obra para a monocultura.

Iniciamos a reflexão a partir de Gaudêncio Frigotto (2014) onde o autor afirma que as desigualdades acontecem pelo fato de uma minoria se apossar da terra enquanto a grande maioria fica alheia à posse de um pedaço de chão. Desta forma:

Se o mundo em que vivemos é um só, a compreensão pelo qual ele é tão desigual reside em uma minoria que se apropria privadamente da terra, dos minérios, das máquinas e do conhecimento e exploram o trabalho da maioria, negando a ela as condições dignas de vida. (FRIGOTTO, 2014, p. 110)

O lugar onde o sujeito vive deve ser o espaço da consolidação política e assim tornar esse território como seu abrigo. Sendo assim, essa pesquisa se propõe a desvelar a realidade que passa despercebida, trazendo resultado que possa ser útil à classe trabalhadora da região e para os estudos sociais relacionados. Tem o propósito de olhar para a realidade, para os problemas e apontar soluções. Por isso que o processo orientador do trabalho parte da realidade do dia a dia dos trabalhadores da região incluindo-os na pesquisa científica. A proposta é conectar os problemas do território em questão às ações amplas ligadas ao sistema econômico capitalista¹. Jamais trabalhar a parte deslocada do todo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Ao analisar um território não se deve cometer o equívoco de ignorar a totalidade. Não acontece nada em um espaço localizado, regionalizado que não seja efeito, consequência do que está acontecendo no restante do mundo. Tais efeitos são percebidos principalmente nos países subdesenvolvidos. Para Santos (2005), um país subdesenvolvido é uma formação socioeconômica dependente, espaço onde o impacto das forças externas é preponderante em todos os processos. Por esse motivo, sua organização do espaço é dependente.

A área rural do município de Guaratuba, litoral paranaense denominada Cubatão não ficou alheia a esse conceito desenvolvido por Milton Santos. As pessoas que ali viviam, e alguns ainda vivem, sofreram os efeitos do sistema econômico hegemônico e suas vertentes, no caso do campo os pacotes tecnológicos agrícolas implantados ao longo dos ciclos econômicos brasileiros. Mas o que ganhou maior destaque e deixou maior impacto foi a agricultura convencional², atualmente denominado como “Agronegócio”.

O termo agronegócio foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura

¹ Sistema econômico capitalista significa não apenas um sistema de produção de mercadorias, como também um determinado sistema no qual a força de trabalho se transforma em mercadoria e se coloca no mercado como qualquer objeto de troca. (CATANI. 1982. p. 8)

² O sistema convencional de produção disseminado em todos os continentes e se baseia no emprego de pacotes químicos destinados a nutrir as plantas cultivadas e combater as pragas agrícolas.(PRIMAVESI, 2008. p. 1) Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas_v5n3.pdf

quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços. De uso relativamente recente em nosso país, o termo guarda correspondência com a noção de agro business, cunhada pelos professores norte-americanos John Davis e Ray Goldberg nos anos 1950, no âmbito da área de administração e marketing (Davis e Goldberg, 1957). Para os introdutores do termo, tratava-se de criar uma proposta de análise sistêmica que superasse os limites da abordagem setorial então predominante (LEITE, MEDEIROS, 2012, p. 81).

É sobre o olhar de Milton Santos que se observa um território da forma como está e se busca a compreensão da situação atual da região. Para o autor, o território sempre está em disputa e num estado capitalista com correlação de forças extremamente desiguais, vencerá quem tiver mais poder e principalmente quem tiver o Estado a seu lado.

A história política, econômica e social do Brasil pode explicar os conflitos e tensões nas diferentes regiões do país. Para Prado Junior (2014) o Brasil já surge dentro de um modelo capitalista. Quando ocorreu a colonização brasileira a Europa já havia superado o feudalismo e estabelecido o modelo capitalista. O Brasil já surge, portanto, para a Europa, como um fornecedor de produtos que o velho continente necessitava. Deveria produzir para atender a burguesia comercial européia, e para tanto, era fundamental a monocultura. Vejamos:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira (PRADO JR., 1986, p. 20).

Basta olhar para os diferentes ciclos econômicos e agrícolas: ciclo do açúcar, ciclo da mineração, ciclo do café, etc. Esse sistema sempre levou as regiões a enfrentarem sérios problemas de desnutrição pela escassez de alimentos que possibilitassem uma dieta adequada aos habitantes dos espaços produtivos. É histórico no Brasil casos de regiões onde se produza muita riqueza através da monocultura, se tenha falta de outros alimentos uma vez que a monocultura vai aos poucos acabando com a agricultura familiar e de subsistência. (Castro, 1984).

Mesmo após o fim da escravização de seres humanos no Brasil, as relações estruturais de posse de terra não se alteraram. Para Caio Prado Jr. (2014, p. 79)

A economia agrária brasileira não se constitui à base da produção individual ou familiar e da ocupação parcelaria da terra, como na Europa, mas sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. E o que é mais, o mercado externo, o que acentua mais ainda a natureza essencialmente mercantil da economia agrária brasileira, em contraste com a dos países europeus. Não se constitui assim uma economia e classe camponesa, a não ser em restritos setores de importância secundária. E o que tivemos foi uma estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas pela mão de obra escrava. Situação essa que no economicamente fundamental se conservou até hoje. Manteve-se praticamente intacta a grande exploração agrária, operando-se nela, com a abolição da escravidão, a substituição do trabalho escravo pelo livre, sem afetar com isso a natureza estrutural da grande exploração.

Percebe-se, portanto que a produção agrícola desta época também era e é alheia aos interesses da nação e de seu povo. Não se preocupa com as questões sociais e com a soberania alimentar, vendo em sua produção somente uma forma de acumular rendimentos.

A maneira com que se deu a distribuição das terras no Brasil contribuiu para reforçar as desigualdades e a pobreza. Isso no sentido de impedir a participação das classes oprimidas na distribuição das riquezas. Observa-se que historicamente as políticas governamentais voltadas para o campo têm como objetivo beneficiar os latifundiários, das diferentes maneiras e artifícios econômicos como por exemplo: juros atrativos nos bancos, créditos facilitados para quem desenvolve a agricultura convencional. Até mesmo quando o programa alcança os pequenos proprietários são sempre no sentido de atrelá-los ao sistema convencional de produção atualmente conhecido como agronegócio.

Programas oficiais garantem empréstimos a pequenos proprietários de terra para a compra de sementes, fertilizantes, equipamentos, etc. e encorajam a comercialização e a administração modernas. Isto é feito sob o pretexto de ajudar a solucionar problemas de abastecimento de alimentos e de pobreza rural, mas a finalidade verdadeira é modernizar a economia rural e aumentar a composição técnica e orgânica do capital na agricultura. Obviamente, qualquer alteração técnica na agricultura é seguida por uma modificação na propriedade da terra que é ela própria, uma forma: uma forma jurídica, mas também espacial (SANTOS, 1977, p. 33).

Os sistemas de produção convencionais implantados no Brasil contribuíram para a gênese de uma sociedade paternalista e dependente. Desse modelo

perverso surgem os coronéis, os barões que não eram somente senhores de terras, mas senhores de gente também. Das gentes que viviam sobre suas terras, sejam escravizados ou não, como agregados, apadrinhados etc. Surge uma sociedade de protegidos dos senhores, sem autonomia, sem voz, ao qual Paulo Freire vai chamar de “mutismo”.

Nas grandes propriedades separadas umas das outras, pelas próprias disposições legais, por léguas, não havia mesmo outra maneira de vida, que não fosse a de se fazerem os “moradores” desses domínios, “protegidos” dos senhores. Tinham de se fazerem protegidos por eles, senhores todopoderosos, das incursões predatórias dos nativos. Da violência arrogante dos trópicos. Das arremetidas até de outros senhores. Aí se encontram, realmente, as primeiras condições culturológicas em que nasceu e se desenvolveu no homem brasileiro o gosto, a um tempo de mandonismo e de dependência, de “protecionismo”, que sempre floresce entre nós em plena fase de transição (FREIRE, 2015, P. 77).

Se o brasileiro tem gosto ou não pelo mandonismo conforme afirmou Paulo Freire pode-se discutir, porém o que é indiscutível é o fato de que ao longo da história do Brasil a elite agrária juntamente com os aparatos do Estado, sempre empenharam esforços para criar mecanismos de impedir a justa distribuição da terra. Conforme aponta Gaudêncio Frigotto (2014)

O Brasil foi uma das últimas sociedades ocidentais a abolir a escravidão e, tão logo isso ocorreu, criaram duas leis em relação aos “libertos”. A Lei de Terras, cujo aparato jurídico não impedia formalmente os recém-libertos de tornarem-se proprietários, mas o impediam de fato, pois sem capital, donos apenas de sua força de trabalho, eles não tinham como comprar e nem possuir fiador para assumir dívidas por empréstimos. A outra lei, a da Vadiagem, obrigava, indiretamente, os escravos a vender sua força de trabalho, pois todo o adulto encontrado sem carteira de trabalho poderia ser preso. (FRIGOTTO, 2014, P.116)

Na medida em que o capitalismo agrário foi se desenvolvendo, os sistemas agrícolas convencionais foram expandindo seu campo de pesquisa sempre tendo o Estado como principal aliado. Houve sempre a presença dos governos, desenvolvendo pesquisas com recursos públicos para beneficiar grupos empresariais e latifundiários, contribuindo assim para a concentração de riquezas e por consequência o aumento da desigualdade social. Nessa parceria, o papel do Estado são os mais variados como investir em ciência e tecnologia com viés apenas mercadológico, legislar para facilitar o desenvolvimento dos latifundiários e grandes empresários do ramo agrícola, fazendo do Estado um provedor de leis trabalhistas,

leis ambientais, legislações agrícolas e agrárias em favor dos grupos anteriormente mencionados e pouco se atém nas necessidades das populações camponesas. É preciso entender que o sistema capitalista não tem pátria, muito menos um povo. Assim Gaudêncio Frigotto afirma (2014):

As relações sociais sob o domínio do capital, particularmente na manutenção do latifúndio e na produção destrutiva do meio ambiente e da saúde coletiva, mediante o uso de venenos pelos grandes grupos do agronegócio; além das concepções e práticas científicas contra hegemônicas de ciência, em seu vínculo orgânico com os processos coletivos de transformação e superação das relações sociais e as formas de produção, cujo sujeito não é o ser humano e suas necessidades, mas o capital e seu lucro sem limites. (FRIGOTTO, 2014, P. 110)

Nesse contexto de novas tecnologias no campo juntamente com o avanço científico é que surge na década de 1960 o fenômeno tecnológico conhecido como Revolução Verde³ que tinha como propósito modernizar a agricultura de países subdesenvolvidos. Com o discurso de que com novas técnicas de produção se resolveria o problema terrível da fome nas regiões mais pobres do planeta. Como os meios sofisticados de produção são caríssimos e o Estado historicamente não se dispôs nem se dispõe a se colocar ao lado dos pequenos agricultores, estes, não tiveram acesso ao sistema “revolucionário” de produção. Como consequência, acentuou-se a concentração de terras nas mãos de poucos e aumentou o número de trabalhadores sem terra.

A nova técnica, que submete totalmente ao lucro e a mais valia, não respeita direitos elementares e tradicionais, nem se preocupa com a saúde dos trabalhadores e consumidores de sua produção à base de agrotóxicos e fertilizantes, muito menos respeita o meio ambiente. Já não se fala mais em agricultor, mas em empresas agrícolas. Conforme Milton Santos (1997):

A Revolução Verde tem sido apoiada por constante publicidade porque envolve o uso intensivo de fertilizantes, sementes e equipamentos, que tem de ser importados. Ela também transtorna os processos tradicionais de comercialização e cria as condições para a instalação de grandes monopólios importadores-exportadores, muitos dos quais são subsidiários de firmas multinacionais. E, naturalmente, ela também tem desorganizado o padrão tradicional de propriedade da terra, com o desenvolvimento de empresas agrícolas capitalistas a expensas de pequenos proprietários. (SANTOS, 1997, P. 34)

³ Revolução verde processo de implantação do sistema convencional de produção.

As técnicas, os insumos e as empresas agrícolas que se instalaram nos países periféricos como o Brasil, são todas estrangeiras e, por consequência, os agricultores se tornaram dependentes de uma tecnologia que muda constantemente, acentuando cada vez mais as disparidades sociais.

A união dos grandes empresários, ruralistas com o estado brasileiro deixou quase a totalidade da população fora da participação nas riquezas nacionais. No campo agrícola:

A sociedade capitalista é a forma de sociedade de classes que mais radicalmente impediu, e impede, à maior parte da humanidade de produzir os seus meios de vida mediante a apropriação privada dos meios e instrumentos de produção. Um exemplo desse impedimento aos meios de vida se explicitou no Brasil, em virtude da concentração da propriedade da terra na mão dos grandes latifundiários e de sua associação com os grupos transnacionais, que modificam e controlam as sementes, produzem alimentos utilizando adubos e venenos que degradam a saúde humana e o meio ambiente, bem como controlam e manipulam os estoques, a comercialização e os preços. (FRIGOTTO, 2014, p. 112)

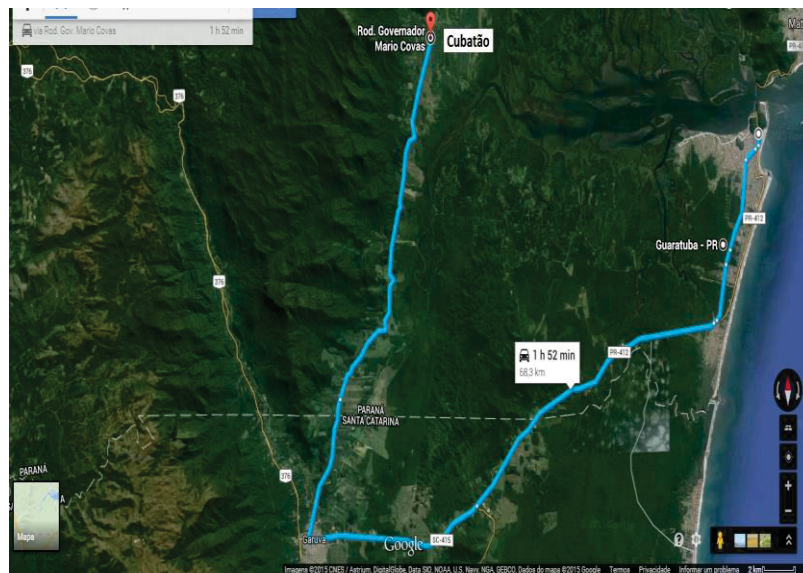
Portanto, o sistema capitalista aliena a sociedade com discurso de liberdade e infelizmente, se verifica que muitos oprimidos repetem e normalizam esse discurso como se o método perverso de distribuição dos meios de produção não tivesse nada a ver com as desigualdades existentes. Mas esse indivíduo é fruto de uma construção social histórica burguesa⁴. A burguesia diz que tudo está em ordem, porém o território grita, denuncia as desigualdades.

3 METODOLOGIA

A região em estudo denominada Cubatão fica a cerca de sessenta quilômetros da cidade de Guaratuba, litoral paranaense município à qual pertence, conforme a figura 1.

⁴ Classe social dominante no sistema capitalista, onde seus membros possuem ou dispõem dos meios de produção.

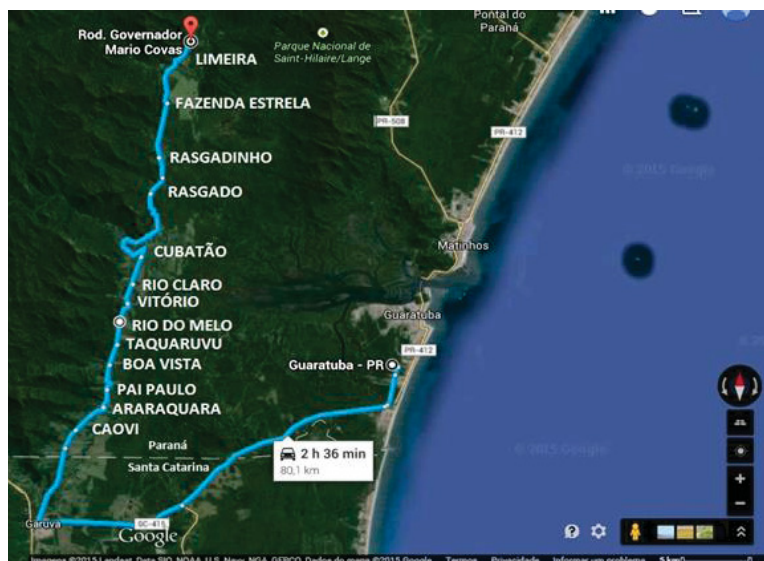
FIGURA. 01: Mapa da localização do Cubatão em relação ao centro do município de Guaratuba.



Fonte: Google Maps

A região compreende as comunidades de Limeira, Fazenda Estrela, Rasgadinho, Cubatão, Rio Claro, Rio do Melo, Vitória, Taquaruvu, Boa Vista, Pai Paulo, Araraquara e Caovi. Conforme a Figura 2.

FIGURA. 02: Mapa da localização das comunidades



Fonte: Google Maps

A vegetação da região é formada pela Floresta Ombrófila Densa Aluvial, Terras Baixas, Sub-Montana, Montana e Alto Montana; Formações Pioneiras (Vegetação com influência Fluvial, Vegetação com Influência Fluviomarinho e Vegetação com Influência Marinha) (Plano de Manejo da APA de Guaratuba, 2006).

Dentre tantas espécies encontradas na região do Cubatão destacam-se as espécies Palmito Juçara, Ipê Amarelo, Manacá da Serra, Cedro Branco, Cedro Vermelho, Canela Preta, Canela Vermelha, Caxeta, Peroba Rosa, Sassafrás, Guapuruvu, Brejaúva, Figueira, Banana Flor, Tucum, além de outras plantas como Orquídeas, Bromélias, Aráceas, entre outras.

O solo da região é influenciado por origens geológicas contrastantes, pois na planície litorânea predominam as classes de Solos de Mangue, Solos Orgânicos, Areias Quartzosas, Podzol, Solos Aluviais e Gleis, enquanto que nos morros isolados e cadeias de elevações, como a região onde se insere a área de estudo, predominam as classes Podzólico e Cambissolo (VALENTE, 2009).

O sistema hidrográfico da bacia Atlântica Leste insere-se entre a Serra do Mar e a planície litorânea, drenando o leste do Estado do Paraná. A bacia hidrográfica de Guaratuba é um dos mais importantes sistemas do litoral do Paraná. Os maiores rios nascem nas serras dos Castelhanos, da Prata, da Igreja e Araraquara, como por exemplo, rio Cubatão com seus afluentes Cubatãozinho, Arraial, São João, Guaratubinha e Castelhanos. Observa-se na planície litorânea que originam-se rios menores como o do Meio, Vitória e Claro. As nascentes da maioria dos afluentes do rio Cubatãozinho – Canasvieiras, Furta Maré, Rasgado, estão nas serras da Igreja, Canasvieiras e da Prata, sendo que grande parte das fontes que abastecem os rios são provenientes de lençóis subterrâneos, alimentados pelas águas pluviais (VALENTE, 2009). Como os leitos dos rios são cortados por terrenos rochosos e cristalinos, ocorre muitas vezes o aparecimento de cascatas ou os chamados “véus de noiva” (Plano de Manejo da APA de Guaratuba, 2006).

A formação dos vales das regiões serranas na comunidade é resultado de uma longa ação de erosões constantes dos agentes exógenos durante milhões de anos. A região situada na Serra do Mar é caracterizada por um relevo acidentado, apresentando escarpas com abruptos paredões rochosos, vales profundos e estreitos e vertentes íngremes. A porção mais ao leste é caracterizada por um relevo muito suave, constituídos por planícies aluvionares fluviais, com alguma contribuição marinha (Plano de Manejo da APA de Guaratuba, 2006).

O clima na região é Tropical Superúmido (chuvoso tropical) e sempre úmido. Com relação as chuvas, ocorre abundante precipitação na região principalmente na primavera/verão formando os aguaceiros (cabeça d'água) de grande concentração/hora ou minuto que, na referida época, ocorrem com muita frequência (Plano de Manejo da APA de Guaratuba, 2006).

A umidade relativa do ar sempre está acima de 85%, devido á proximidade com o oceano Atlântico (Plano de Manejo da APA de Guaratuba, 2006).

Segundo o Caderno do IPARDES (2019) do município de Guaratuba a distribuição de terras no encontra-se da seguinte maneira:

TABELA 1 – Estabelecimentos agropecuários e área segundo a condição do produtor-2017

Condição do produtor	Estabeleciment o	Área (ha)
Proprietário	351	24.751
Assentado sem titulação definitiva	-	-
Arrendatário	12	273
Parceiro	11	31
Comodato	3	78
Ocupante	7	58
Produtor sem área	-	-
TOTAL	376	25.190

FONTE: IPARDES (2019)

A produção agrícola temporária e permanente segundo IPARDES (2019) do município de Guaratuba encontra-se da seguinte forma, conforme quadro 1 E 2.

QUADRO 1 – Área colhida, produção e valor da produção agrícola pelo tipo de cultura temporária-2018

Cultura temporária	Área colhida (há)	Produção (t)	Valor (R\$ 1.000.00)
Arroz (em casaca)	481	3.118	2.381
Cana de açúcar	30	1.130	75
Feijão	2	2	4
Mandioca	116	1.972	1.483
Milho	8	26	13

FONTE: IPARDES (2019)

QUADRO 2 – Área colhida, produção e valor da produção agrícola pelo tipo de cultura permanente-2018

Cultura permanente	Área colhida (há)	Produção (t)	Valor (R\$ 1.000.00)
Banana (cacho)	2565	77.000	47.836
Laranja	1	20	22
Maracujá	2	34	95
Palmito	350	1225	5249

FONTE: IPARDES (2019)

A metodologia utilizada para a coleta de dados que possibilitaram essa pesquisa foi a pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e reuniões com a comunidades a fim de construir o Inventário da Realidade (Caldart, 2012) da região estudada. A primeira etapa do trabalho concretizou-se a partir da pesquisa bibliográfica que constitui no levantamento de informações pertinentes a pesquisa em documentos da escola Estadual do Campo Cubatão e documentos particulares de moradores da região além de livros, artigos em periódicos, sites e jornais. (DINGUELESKI, OLIVEIRA, SILVESTRE, 2018).

A segunda etapa, foi a pesquisa de campo, onde foram realizadas reuniões com as famílias das comunidades do Cubatão, a fim de levantar por meio de conversa informal, mais informações e aplicação do Inventário da Realidade (Caldart, 2012).

Na terceira etapa, foi proposto um curso aberto à comunidade, realizado no Colégio Estadual do Campo Cubatão em dois dias nos três turnos, com o objetivo de contextualizar a realidade da comunidade, sensibilizar os participantes e incluí-los no processo de construção do Inventário da Realidade (Caldart, 2012). As temáticas inclusas no curso foram:

- 1- Histórico da questão agrária no Brasil, desde o “descobrimento” até os dias atuais.
- 2- Breve histórico do capitalismo, seu desenvolvimento até os dias de hoje, seu projeto para os próximos anos incluindo a mercantilização da educação.
- 3- Contextualização do desenvolvimento da Educação do Campo, contando com um resgate histórico, das leis que a embasam e a importância dos movimentos sociais do campo na luta pelo reconhecimento e concepção da mesma. Ao final deste dia solicitou-se que cada participante refletisse sobre algumas questões que foram entregues para que eles levassem para casa. As questões utilizadas encontram-se no quadro 03:

QUADRO 03 – Questões empregadas no curso

1- Quais as características do território ocupado na sua região? Quais as formas de organização do trabalho?
2- Há alguma mudança no território nos últimos dois anos?
3- Quais as formas que o capitalismo tem atuado na comunidade?
4- Quais conflitos territoriais são identificados na sua comunidade?
5- Qual a relação dos conflitos locais com os nacionais e internacionais?
6- Quais os desafios e possibilidades da sua organização em que atua?

7- No quarto momento, iniciou-se o espaço com uma roda de conversas onde cada pessoa pôde compartilhar suas reflexões sobre as questões propostas no encontro anterior. Houve um espaço de quinze dias para estas reflexões, e, à medida que as pessoas as compartilhavam, estas eram registradas.

8- Para o quinto momento foram convidados a participar das discussões dois companheiros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Sara de W. Santos e Jonas Souza, do acampamento José Lutzenberger, em Antonina Pr. Esse momento teve como pauta discussões sobre a realidade da educação escolar do campo.

9- No sexto e último momento do curso aconteceu uma roda de conversa conduzida pelo companheiro Jonas e direcionada aos agricultores. Para esta, foram fixados cartazes convite na comunidade, e também realizados convites para agricultores do entorno da escola.

O curso todo foi permeado por momentos de debate, sendo utilizado também durante os espaços materiais como vídeos, músicas e artigo pertinentes as discussões. Durante os debates foram registradas as informações que poderiam ser úteis ao Inventário da Realidade. (DINGUELESKI, OLIVEIRA, SILVESTRE, 2018). Durante a construção do Inventário da Realidade e as demais etapas da pesquisa foram entrevistadas 15 pessoas entre participantes do curso organizado e demais moradores da região.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Cubatão é uma área essencialmente agrícola. O carro chefe da produção nesta localidade é a banana, seguido da produção do palmito de palmeira real e

pupunha, além da produção de arroz e mandioca. O extrativismo vegetal é para algumas famílias a principal fonte de renda e se dá pela retirada de palha (folhas de *Geonoma gamiova* Barb. Rodr.) e de cipó-preto (*Philodendron corcovadense* Kunth.). (DINGUELESKI, OLIVEIRA, SILVESTRE, 2018).

Outros cultivos já foram realizados na região, entre eles o de gengibre, café, cana-de-açúcar e pokan. A extração de Caxeta (*Tabebuia cassinoides*) assim como do Palmito Juçara (*Euterpe edulis*), da mesma forma que no restante do litoral, constituiu importante atividade econômica. É de conhecimento de todos, no entanto, que atualmente tal prática é proibida devido à superexploração dessas espécies e à inclusão das mesmas na Lista Da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção. (DINGUELESKI, OLIVEIRA, SILVESTRE, 2018).

O Inventário da Realidade (CALDART, 2012) da região feito junto aos moradores, trouxe à tona alguns fatores preocupantes relacionados à produção de alimentos na região. Chamou atenção o fato de moradores de uma região totalmente agrícola não produzirem seus próprios alimentos, indo comprá-los nas cidades mais próximas, no caso Garuva estado de Santa Catarina e Guaratuba estado do Paraná. A agricultura familiar praticamente não existe na comunidade dentro dos parâmetros que a definem como tal. Segundo Fernandes (2008), o agricultor familiar é um camponês que o autor define como sendo “compreendido por sua base familiar, pelo trabalho da família na sua própria terra ou na terra alheia, por meio do trabalho associativo, na organização cooperativa, no mutirão, no trabalho coletivo, comunitário ou individual”. Esses fatores dão luz a idéia defendida por Prado Jr. (2004) que o Brasil é um país que nasce com vocação para o latifúndio:

Sobravam as terras, e as ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo, não se contentariam evidentemente com propriedades pequenas; não era a posição de modestos camponeses que aspiravam no novo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários. {...} Já para desbravar convenientemente o terreno (tarefa custosa nesse meio tropical e virgem tão hostil ao homem) torna-se necessário o esforço reunido de muitos trabalhadores; não era empresa para pequenos proprietários isolados. Isto feito, a plantação, a colheita e o transporte do produto até os engenhos, onde se preparava o açúcar, só se tornava rendoso quando realizado em grandes volumes. Nestas condições, o pequeno produtor não podia subsistir. (PRADO JR. 2004, p. 33)

Observa-se que com tudo isso vai acontecendo a perda da identidade dos moradores da região como sujeitos do campo. Uma curiosa observação realizada no Colégio Estadual do Campo Cubatão foi a de que os alunos, em sua maioria, não se reconhecem como sujeitos do campo. Esse fato reflete a visão das famílias e a

forma de trabalho e produção, impactando diretamente na comunidade, pois pode se observar um comportamento individualista, típico da zona urbana e do sistema capitalista. Não se percebe um espírito coletivo no enfrentamento dos problemas do dia a dia, nem se observa a prática de mutirões, comuns nas comunidades camponesas antigas. Na escola há uma reprodução destes comportamentos identificados na sociedade local. Há, no entanto, relatos de que no passado, tais práticas coletivas, existiam. (DINGUELESKI, OLIVEIRA, SILVESTRE, 2018).

É possível observar na comunidade a influência do capitalismo principalmente na escolha das culturas e no modo de produção. Na cultura da banana – monocultura convencional, nas relações de trabalho e no consumo. Na busca por aumentar a lucratividade e devido a competitividade, a produção está cada vez mais individualizada assim como as técnicas produtivas e os saberes que envolvem as práticas agrícolas convencionais. Aos poucos, esse modelo egoísta de produção vai minando as possibilidades de organizações coletivas entre pequenos proprietários de terra. (DINGUELESKI, OLIVEIRA, SILVESTRE, 2018).

As multinacionais ligadas á agricultura cada vez mais estão entranhadas no modo de vida das pessoas e na comunidade, e vem aumentando significativamente a utilização de propaganda de seus produtos nos bananais a beira da estrada.

O modelo intensivo de produção que não respeita os sujeitos, o meio ambiente, que vê a natureza como uma mercadoria e não o lugar onde as pessoas podem morar, que não respeita os saberes tradicionais vai sufocando as comunidades a ponto de forçá-las a se tornarem mão de obra da monocultura capitalista. O resultado dessas práticas é a não produção de alimentos na região, problema esse, que como já foi mencionado, acompanha o Brasil desde suas origens coloniais. No século XVII, quando o país estava no auge da produção açucareira medidas foram tomadas na tentativa de resolver a situação.

Estabelecem-se medidas obrigando os proprietários a plantarem mandioca e outros alimentos; gravam-se as doações de terras com a obrigação de se cultivarem gêneros alimentares. Um grande senhor de engenho chegará a lançar seu formal desafio às leis que o compeliem ao plantio da mandioca; “Não planto um só pé de mandioca, escreverá ele dirigindo-se às autoridades, para não cair no absurdo de renunciar à melhor cultura do país pela pior que nele há...” (PRADO JR. 2004, p. 43)

Mesmo sabedores das mazelas causadas pela falta de variedades na produção, o monocultor não se preocupa visto que a monocultura lhe propicia meios

financeiros de resolver seu problema de alimentação comprando em outras regiões. Prado Jr. (2004) esclarece as razões do senhor de engenho em resistir em plantar gêneros alimentícios e as mesmas razões se aplicam aos monocultores atuais.

Compreende-se, aliás, esta atitude dos grandes proprietários e senhores de engenho. O problema da carestia e da falta de alimentos não existia para eles, e convinha-lhes muito mais plantar a cana, embora pagassem preços mais elevados pelos gêneros que consumiam.

E como eram eles que detinham a maior e melhor parte das terras aproveitáveis, o problema da alimentação nunca se resolverá convenientemente. A população colonial, com exceção apenas das suas classes mais abastadas, viverá sempre num crônico estado de subnutrição (PRADO JR. 2004, p. 43).

Moradores antigos da região relatam que no passado tinham várias sementes de milho, espécies distintas de mandioca das quais faziam suas farinhas, produziam seus alimentos com trabalhos à base de mutirão onde trabalhavam todos em uma lavoura, em seguida passavam para outra e assim sucessivamente e que essas práticas, bem como suas variadas sementes foram se perdendo com o tempo. As casas de farinha já não existem mais e as mestras farinheiras com o tempo morreram ou não praticam mais.

Outra mudança constatada durante a pesquisa nesse sentido, foi o abandono das práticas tradicionais de construção, como por exemplo, o uso da guaricana (palha) como forração para o teto, uso de bambus para paredes, uso do barro, do cipó, assim como as práticas de agricultura tradicionais, como arado com bois, plantio e colheita manual, a pesca tradicional, as casas de farinha, sendo ao longo do tempo substituídas por materiais, máquinas, técnicas e tecnologias modernas. (DINGUELESKI, OLIVEIRA, SILVESTRE, 2018).

A avaliação desse quadro atual pode ser buscada no passado.

As importantes consequências deste fato, que podem ser avaliadas sem necessidade de maior insistência na matéria, justifica suficientemente só por si a necessidade de distinguir na economia brasileira aqueles dois setores em que se dividem suas atividades produtivas: o da grande lavoura e o da subsistência. Se não, não se explicaria este quadro característico da vida colonial: de um lado abundância, prosperidade e grande atividade econômica; doutro, a falta de satisfação da mais elementar necessidade da grande massa da população: a fome (PRADO JR. 2004, p. 44).

Existem dois tipos de fome segundo o médico e geógrafo Josué de Castro: a fome epidêmica e a fome endêmica. A fome epidêmica é a ausência total de alimentos e a endêmica é quando o indivíduo não passa fome, mas faltam os nutrientes necessários para o desenvolvimento adequado e por consequência lhe

falta saúde. Como o agronegócio não compactua com a idéia de produção variada, e sim a monocultura, conclui-se que esse modelo proposto acaba produzindo a fome nas regiões onde ele avança. A fome endêmica. Como foi citado, não há interesse do monocultor, que explora a mão de obra de trabalhadores rurais que eles tenham autonomia, principalmente, alimentar. É importante que tais trabalhadores se mantenham atrelados ao modelo pela dependência dos salários que recebem ao empregarem sua força de trabalho nas grandes lavouras. Toda força, toda energia têm que ser gasta na produção da lavoura do patrão e o pouco tempo ocioso que lhe resta deve ser de repouso para outro dia de trabalho.

Percebe-se que a prática capitalista, representada pela monocultura vai fincando seus grilhões na garganta dos moradores das áreas rurais e forçando-os a abandonar seus costumes, suas tradições, aquilo que define a identidade e os fortalecem. Ocorre o fenômeno conhecido como alienação onde o trabalhador não tem tempo para produzir seus alimentos, para estudar, buscar informações diferentes daquelas que lhe são trazidas pelas pessoas interessadas em manter o sistema como está. Ao trabalhador da região foi inculcado que o melhor sistema agrícola é o convencional, que sem veneno nada produz, que é mais vantajoso para eles o trabalho assalariado que possibilitará à eles comprar seus alimentos nos mercados. Não é apresentado à eles modelos alternativos de produção agrícolas como a agroecologia por exemplo, tampouco a participação em cursos que lhes capacitem para essas novas práticas. Contribui ainda para esse processo de alienação, o aparato do Estado que através de leis proíbe a extração de palmitos da região para o sustento da população nativa da região bem como não permite a caça, tradicional entre esses povos. Intriga o fato de que por um lado as práticas tradicionais não podem mais serem feitas sob o argumento de que é necessário preservar a natureza e do outro lado se permite, incentiva o uso abusivo de insumos e agrotóxicos, produtos químicos largamente utilizados nas lavouras convencionais e que prejudicam o meio como um todo. É preocupante a possibilidade de contaminação dos muitos rios que enriquecem a região do Cubatão.

A questão alimentar, da produção de alimentos, é questão de memória de um povo. Assim, ao retirar a autonomia, a capacidade de produção alimentar das comunidades, significa subjugar-las ao mercado. Não há autonomia sem soberania alimentar. E a perda da soberania dos povos agrícolas se dá pelo não controle das

sementes, perda de costumes antigos, como trocas de sementes e produtos, mutirão, entre outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir essa etapa da pesquisa, visto que se tem a consciência que o assunto é abrangente e, portanto, impossível exaurir os temas relevantes em uma só etapa, chega-se a algumas conclusões.

Estamos envolvidos numa luta de classes: burguesa X trabalhadora. A burguesia tem a seu dispor todos os recursos necessários para seu desenvolvimento e manutenção. Tem o capital, os aparatos políticos e jurídicos, a mídia e o domínio das tecnologias. Desta forma, ela controla todo o processo de produção científica e domínio ideológico. As grandes empresas se utilizam de alguns setores das universidades públicas para fazerem suas pesquisas no sentido de velar a realidade e manter seus privilégios, para que não vejamos as contradições, as desigualdades, mascarar a realidade. Por isso o método burguês não explica o mundo. Ele tenta sempre afirmar que vivemos num mundo “justo”, que não existe outra opção de vida ou trabalho, que o sistema capitalista é um “mal necessário”, isso é a todo momento repetido e divulgado pela mídia.

A classe trabalhadora oprimida, está, portanto, na contramão da hegemonia burguesa e é necessário que se tome essa consciência e que se passe a ver o mundo da perspectiva oprimida e não burguesa. Negar sempre que a burguesia é dona dos saberes visto que o conhecimento é uma construção histórica, ele foi construído socialmente e, portanto, não tem dono.

O ser se faz humano através do dialogo e quando é silenciado, é restringido em seu caráter humano. Quando a classe trabalhadora se vê nessa situação, é necessário um reposicionamento para retomar a palavra. Perceber as intencionalidades escondidas por trás do que é proposto pela burguesia e negar as propostas dominadoras. O opressor, busca sempre negar a palavra ao oprimido e este ao silenciar-se indica um sim, uma aceitação das imposições. Neste sentido, à classe trabalhadora não basta apenas a constatação dos problemas, mas é necessário a luta para mudar.

A contribuição que esta pesquisa propõe é no sentido de apresentar dados levantados em parceria com a própria comunidade rural da região do Cubatão e

apresentar o problema. Problema de uma agricultura que se utiliza de uma técnica seletiva, dependente de uma tecnologia que muda constantemente e que os pequenos jamais terão espaço nesse modelo produtivo. O que está em disputa é o agronegócio avançado X agricultura camponesa (agroecologia). E o agronegócio não tem projeto de diminuir desigualdades, pelo contrário, ele busca acentuar cada vez mais os problemas sociais. No campo ele enxerga somente o território material, aquele que não vai produzir alimentos para matar a fome do povo e sim produzir riquezas, commodities. Não povoa o imaginário do capitalista rural a imaterialidade do território que é toda a construção histórica e social como modelo produtivo, cultura, variedades de sementes, etc.

Portanto diante de todos esses conflitos e contradições que foram enunciados ao longo do trabalho como luta pela terra, estrutura fundiária, Estado, legislação, etc., e mesmo sabedor de que a luta é árdua, pois estão diante de si forças antagônicas poderosíssimas, o camponês deve buscar sempre se apropriar dos saberes para organizar seus movimentos de luta e resistência tendo sempre diante de si o sonho de liberdade mesmo que isso lhe pareça distante, mas precisa crer que não é impossível!

Neste contexto, para ir à contramão é necessário que os movimentos sociais estejam articulados para enfrentar essa força hegemônica. Tais movimentos possuem um caráter educativo na medida em que contribuem para o registro e memória das comunidades. Para se fortalecerem, devem estimular espaços de socialização política como espaços comunicativos, interativo, e de luta e resistência. Também deve ser organizadas trocas de experiências agrícolas e trocas de sementes. Nesse sentido, a agroecologia surge como aliada das populações camponesas uma vez que ela é a negação dos modos de produção capitalista. Ela é a proposta de uma nova relação social, de produção de alimentos. Isso porque ela não se insere na questão do valor. Ela é um enfrentamento a um capital que não tem pátria, e, portanto, entreguista.

Além dos apontamentos supracitados, as políticas públicas como a Educação do Campo e a Agroecologia se materializam em setores das universidades públicas como, por exemplo, este curso de especialização que vem nos abastecer, sensibilizar e nos transformar em sujeitos que se inserem nas comunidades com objetivos de mudar essa realidade. Também nós como professores e profissionais habilitados, estaremos atuando nas escolas do campo e

das cidades com este olhar agroecológico e socialista lutando sempre por uma sociedade realmente justa e solidária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os agricultores e agricultoras e suas famílias que participaram desta pesquisa.

Agradeço aos meus familiares esposa e filha pela paciência e tolerância nas minhas ausências durante os períodos de estudos e pesquisa. Aos amigos que estiveram presentes comigo nesta caminhada.

Agradeço aos companheiros e companheiras de curso pela cooperação mútua que tivemos ao longo das etapas e pelos longos e produtivos debates que tivemos. Companheiros e companheiras dos quais já sinto imensas saudades.

Agradeço aos educadores que nos acompanharam durante o período do curso, que nos proporcionaram saberes que nos fortalecerão em nossas lutas.

Agradeço as coordenadoras do curso professoras Maria Isabel Farias e Ândrea Francine Batista que apesar da conjuntura política atual em que o país se encontra, não mediram esforços para possibilitar a realização das etapas de estudos.

Por fim, um agradecimento especial à minha orientadora, professora Andressa Kerecz Tavares, pois sem suas sábias orientações não seria possível a escrita deste trabalho como requisito para conclusão de curso.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, Roseli Salete; Pereira, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CASTRO, Josué de. Geografia da Fome (O Dilema Brasileiro: pão ou aço). Rio de Janeiro, ed. Antares, 1984.

CATANI, Afrânio Mendes. O que é Capitalismo. Rio de Janeiro, ed. Brasiliense, 1982.

DINGUELESKI, Renata Osório lurk; OLIVEIRA, Milena Alves de; SILVESTRE, Valdir Ortiz; Inventário da Realidade da Região do Cubatão/Guaratuba-Pr. Dados não publicados (2018).

Fernandes, Ana Paula Donicht. Gestão da Atividade Não Madeireira na Mata Atlântica no Litoral do Paraná. 2018. 167 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal)-Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br>. Acesso em: 06 de out. 2019.

FREIRE, PAULO. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 2015.

FRIGOTTO, GAUDÊNCIO. A cientificidade do conhecimento e os processos coletivos de transformação da realidade social. In: Roseli Salete Caldart e Paulo Alentejano. (org.). MST. Pesquisa e Universidade. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014, v.1 p. 109-136.

IPARDES. Caderno estatístico do município de Guaratuba. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2019.

LEITE, Sérgio Pereira. MEDEIROS, Leonildes Servolo. Agronegócio. In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, Roseli Salete; Pereira, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PRADO JR, Caio. A Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, ed. Brasiliense, 1986.

PRADO JR, Caio. A Revolução Brasileira. São Paulo, ed. Companhia das Letras, 2014.

PRADO JR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, ed. Brasiliense, 2004.

PRIMAVESI, Ana Maria. Agroecologia e Manejo do Solo. Revista Agriculturas-Experiências em Agroecologia, Rio de Janeiro, vol. 5, p. 1-4, 2008. Disponível em: WWW.reformaagrariaemdados.org.br. Acesso em: 06 de out. 2019.

SANTOS, Milton. A Totalidade do Diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais. São Paulo, ed. Hucitec, nov. 1977.

VALENTE, Maria de Fátima Ceccon. Subsídios Ecológicos ao Uso Sustentável da Palha- Geonoma gamiova Barb. Rodr. (ARECACEAE). 2005. 91 f. Dissertação (pós-graduação em Agronomia)-Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, 2009. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br>. Acesso em: 06 de out. 2019.